

fala de eleitos e não eleitos no afã de conhecer os porquês de tais resultados. Investiga-se perfil, quantidade e distribuição de votos, posicionamentos, financiamento e estratégias de campanha desses candidatos.

E quanto aos não-candidatos? Não são igualmente sumo do processo eleitoral, só que por exclusão? Tratam-se daqueles que sequer são cogitados pelos partidos, aqueles que não querem se envolver com política ou os que até gostariam, mas não têm oportunidade. Há predominância de fatores institucionais, socioeconômicos, perfil ou carreira profissional na explicação de sua ausência no processo eleitoral? Enfim, o quê explica manterem-se à margem do sistema democrático?

Ora, considerando que uma das principais questões de representação política é a baixa representação de determinados grupos; que um dos problemas centrais da democracia representativa é a exclusão de determinados setores da sociedade; que o mote de investigar a participação política é entender as formas e os porquês do engajamento; que as análises da legislação se ocupam de compreender como as normas influenciam comportamentos e resultados; e que os estudos eleitorais pretendem mapear o perfil dos eleitos, as chances de eleição, os determinantes dos votos; então os estudos eleitorais (sobre resultados, desigualdades, participação, representação, perfis, carreiras, etc.) não podem se ater exclusivamente às pessoas que participam do processo eleitoral, as quais eventualmente serão eleitas ou não. É necessário atentar para o não-político, o não-candidato, o não-eleito e entender por quê o sistema político-partidário não lhes abre as portas e o porquê deles próprios se absterem.

O maior resultado eleitoral em termos quantitativos e a mais longa e regular tendência de comportamento político nas democracias é justamente a não-candidatura da maior parte da população - seja por exclusão prévia pelo sistema partidário, por particular desinteresse, desconhecimento, desmotivação, ou ainda por auto-censura e alienação ciente. Propomos analisar tais comportamentos sob a premissa de que são resultantes de desigualdades, das interseções entre desigualdades e dos efeitos de tais interseções como mediadoras da experiência humana - a partir delas moldam-se percepções, interações, atitudes e respostas que os indivíduos dão ao ambiente em que estão inseridos.

O problema central sobre o qual nos debruçaremos é o da "abstinência política", que pode ser entendida como desinteresse manifesto, como uma desmotivação para agir ou uma alienação propositada. Buscaremos saber se há indícios que dêem sustentação à hipótese de que a abstinência política é resultante de um sistema de fatores desmotivacionais, de contra-incentivos, compostos por interseccionalidades e suas interações com o sistema político. Juntas, interseccionalidades e instituições políticas constituem, para determinados cidadãos, um sistema de contra-incentivos que gera apatia e abstinência política. Para outros, um sistema de hierarquização que os premia em detrimento dos demais.

7 PROPOSTA DE ABORDAGEM TEÓRICA PARA ESTUDO DE INTERSECCIONALIDADES

Por interseccionalidades entendemos a sobreposição de desigualdades diversas a atuar sobre certos grupos e sobre certos indivíduos dentro de grupos. Quase sempre, ocorrem no sentido de lhes causar desvantagem em relação aos demais. São mais afetados os indivíduos nas interseções, isto é, aqueles que carregam características demarcadoras de mais de um segmento populacional. Os indivíduos nessas condições têm mais probabilidade de sofrer os efeitos negativos das interseccionalidades.

dispensável <Já as instituições são as normas que regem o sistema político, o que inclui o comportamento dos atores nele inseridos. Conforme temos discutido, as instituições não apenas resultam na atual correlação de forças políticas mas também reforçam a manutenção do status quo e a preservação dos grupos dominantes.>

Uma teoria das interseccionalidades poderia partir das seguintes premissas:

1. Identidades individuais são forjadas no pertencimento a múltiplos grupos, a partir da percepção de suas experiências de contato com membros do mesmo grupo, e de outros grupos dos quais não faz parte.
2. Os pertencimentos múltiplos são fonte de experiências individualmente singulares, posto que a conjunção dos grupos a que os indivíduos se encontram filiados variam - não são os mesmos nem para pessoas de um mesmo núcleo familiar.
3. A experiência individual é resultante de como o sujeito percebe o meio em que se insere, e as reações do ambiente/meio às suas próprias ações e à sua pessoa.
4. As respostas do ambiente/meio aos indivíduos são carregadas de estereótipos de grupo, senão mesmo pré-determinadas por eles. Ao mesmo tempo, a percepção dos indivíduos sobre as reações que recebe podem também ser contaminadas por estereótipos.
5. Assim, os pertencimentos definem as possibilidades de ação de um indivíduo: o que se espera dele, o que não se espera; o que poderá fazer e o que não fará; se determinado ato será tratado como padrão, como façanha ou como uma ameaça; quais situações lhe podem ser impostas, sem consequências para quem as pratica, e quais não. Experiências prévias, mediadas pela noção de seus pertencimentos (identidades?), definem as perspectivas de futuro que um indivíduo traça para si.
6. Cada grupo ou subgrupo populacional tem vantagens e desvantagens relativas, que se manifestam em diferentes esferas da vida em sociedade. Vantagens e desvantagens dos grupos repousam sobre os indivíduos que os compõem e se acumulam com vantagens e desvantagens dos demais grupos a que aqueles indivíduos pertencem.

Desse modo, se um grupo "A" é desprivilegiado e um grupo "B" é desprivilegiado, um indivíduo "ab" pertencente a "A" e a "B" provavelmente estará em piores condições que um indivíduo "a", pertencente somente a "A", e um indivíduo "b", pertencente somente a "B". Em outras palavras, indivíduos na interseção de grupos discriminados provavelmente experimentarão mais dissabores que seus pares fora da interseção. E, no caso de grupos privilegiados, indivíduos na interseção serão ainda mais beneficiados. Deve ser possível, portanto, verificar uma hierarquização entre grupos e também entre indivíduos com base nos grupos a que pertencem.

Então, tal como ocorre no acesso a educação, saúde, moradia, emprego, etc., também na política as interseccionalidades produzem seus efeitos deletérios. Nos dados que analisaremos adiante, veremos "se" e "como" certas estruturas socioeconômicas, demográficas e institucionais coadunam para produzir abstinência política, na forma de desinteresse manifesto. Procuraremos verificar se o efeito dessas condições se agrava nas interseções entre elas, isto é, se há efeito estatisticamente significativo de interações nos casos de co-ocorrência de variáveis.

Antes, descrevemos a origem dos dados, que variáveis eles contêm e também as técnicas a serem usadas na análise.